

O COCO E AS CERCAS: DINÂMICAS TERRITORIAIS DAS QUEBRadeiras DE BABAÇU NO BICO DO PAPAGAIO¹

SANTOS, Luciano Laurindo dos²

CURY, Mauro José Ferreira³

SANTOS, Luziane Laurindo dos⁴

Recebido (Received): 2019-10-14 Aceito (Accepted): 2020-03-12

Como citar este artigo: SANTOS, L. L.; CURY, M. J. F.; SANTOS, L. L. O coco e as cercas: dinâmicas territoriais das quebradeiras de babaçu no Bico do Papagaio. **Formação (Online)**, v. 27, n. 52, p. 101-121, 2020.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas territoriais envolvendo as quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio. O processo de territorialização de inúmeras atividades econômicas nessa porção da Amazônia brasileira começa a se destacar a partir da Ditadura Militar, como um resultado das políticas públicas. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, a partir da pesquisa qualitativa. Os resultados indicam que a pecuária bovina é a atividade econômica que ao longo das últimas quatro décadas demonstram um intensivo processo de ampliação de territorialização, gerando como consequência um monopólio em função da (re) organização territorial para atender a essa finalidade, ao passo que acelera o processo de desterritorialização de atividade de base de economia familiar, como no caso das quebradeiras de coco babaçu. As cercas e as expulsões das posses, ao longo das últimas décadas passam a representar para as quebradeiras um processo contínuo de perda de territórios. Impactando negativamente na vida de milhares de famílias que possuem sua subsistência ligada a quebra do coco babaçu.

Palavras-chave: Quebradeiras de coco. Território. Bico do Papagaio.

COCONUT AND FENCING: TERRITORY DYNAMICS OF BABAÇU COCONUT BREAKERS IN BICO DO PAPAGAIO

Abstract

This article aims at analyzing territorial dynamics involving the babaçu coconut breakers in Bico do Papagaio. The territorialization process of countless economic activities in that portion of the Brazilian Amazon has emerged from the Military Dictatorship, as an outcome of public policy. The method used was the case study from qualitative research. Results indicate that cattle farming is the economic activity that over the past four decades has shown an intensive process of territorialization, generating as consequence a monopoly on the basis of the (re) territorial organization to that end, while speeding up the process of deterritorialization of family economy core business, as in the case of babaçu coconut breakers. Fences and evictions of property over the last decades will now represent for the breakers a continuous process of loss of territories, impacting negatively on thousands of families' lives who earn their living from babaçu coconut breakage.

Keywords: Coconut breaker. Territory. Bico do Papagaio.

¹ Este artigo é parte da Tese "Territorialidades transfronteiriças de poder do Bico do Papagaio: Pará, Tocantins e Maranhão, na temporalidade de 1970 a 2016". Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, no ano de 2019. Financiada pela CAPES.

² Geógrafo, doutor em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR. E-mail: lucianoto@hotmail.com Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4759-6345>.

³ Geógrafo, Pós-Doutor em Geografia UFPR, Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE. Professor Permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado em Geografia da UNIR. E-mail: mjfc@gmail.com Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3237-5045>.

⁴ Historiadora, discente no mestrado profissional em ensino de história, Professora de História na Universidade Federal do Tocantins-UFT, campus de Araguaína. E-mail: luziane_uft@hotmail.com

COCO Y CERCA: DINÁMICA TERRITORIAL DE LAS QUEBRADERAS DE BABAÇU EN EL BICO DO PAPAGAIO

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la dinámica territorial que involucra a las quebraderas de coco babaçu en el Bico do Papagaio. El proceso de territorialización de innumerables actividades económicas en esta parte de la Amazonía brasileña comienza a destacarse de la dictadura militar como resultado de las políticas públicas. La metodología utilizada fue el estudio de caso, de la investigación cualitativa. Los resultados indican que la ganadería es la actividad económica que durante las últimas cuatro décadas demuestra un proceso intensivo de expansión territorial, generando como consecuencia un monopolio en función de la (re) organización territorial, para cumplir con este propósito. Mientras que, se acelera el proceso de desterritorialización de la actividad básica de la economía familiar, como en el caso de las quebraderas de coco babaçu. Las cercas y desapropiaciones, en las últimas décadas, pasan a representar para las quebraderas, un proceso continuo de pérdida de territorios. Afectando negativamente la vida de miles de familias que tienen sus medios de vida vinculados a la extracción del coco babaçu y la agricultura familiar.

Palabras clave: Quebraderas de coco. Territorio. Bico do Papagaio.

1 Introdução

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa qualitativa, conforme Creswell (2007) e Richardson (1989), dentre as abordagens qualitativas, optou-se pelo estudo de caso com base em Yin (2001). O caso se passa numa porção da Amazônia brasileira denominada Bico do Papagaio, conforme a Figura 1. Os atores envolvidos nesse caso são as quebradeiras de coco babaçu. Apresenta-se aqui uma análise sobre as dinâmicas territoriais envolvendo as quebradeiras de coco babaçu.

É parte de uma pesquisa concluída sobre as territorialidades no Bico do Papagaio num espaço temporal entre 1970 a 2016. Registrada na Plataforma Brasil sob o Número CAAE:75158117.1.0000.5300 Número do Parecer: 2.307.436.

Os procedimentos adotados para coleta dos dados foram os seguintes: pesquisa documental, materiais visuais, além das técnicas de observação e entrevistas. Em relação ao tipo de observação, definiu-se o emprego da observação não participante. Entre os tipos de entrevistas, optou-se por utilizar as do tipo não estruturadas, ou em profundidade. Foram realizados três trabalhos de campo entre os anos de 2017 e 2018, com mais de mil quilômetros percorridos, com 16 pessoas entrevistadas, na maioria mulheres, sindicalistas, liderança local, professoras, totalizando mais de 35 horas de oralidades gravadas, nos municípios de Marabá-PA, São Domingos do Araguaia-PA, Araguaatins-TO, Esperantina-TO, São Miguel do Tocantins-TO e Imperatriz-MA.

O Bico do Papagaio é uma área de confluências entre os biomas brasileiros do Cerrado e Amazônia, um espaço transicional entre ambos, com expressiva presença de babaçuais. A

mesorregião é composta por 66 municípios, sendo 25 no norte do Tocantins, 25 no sul e sudeste do estado do Pará e 16 no sudoeste do Maranhão.

As dinâmicas territoriais nesta mesorregião foram se intensificando desde o período da Ditadura Militar. Há de se apontar que a (re) organização do território na Amazônia, em especial no Bico do Papagaio, tem fortes interesses internacionais atrelados ao mercado de *commodities*, desde esse período.

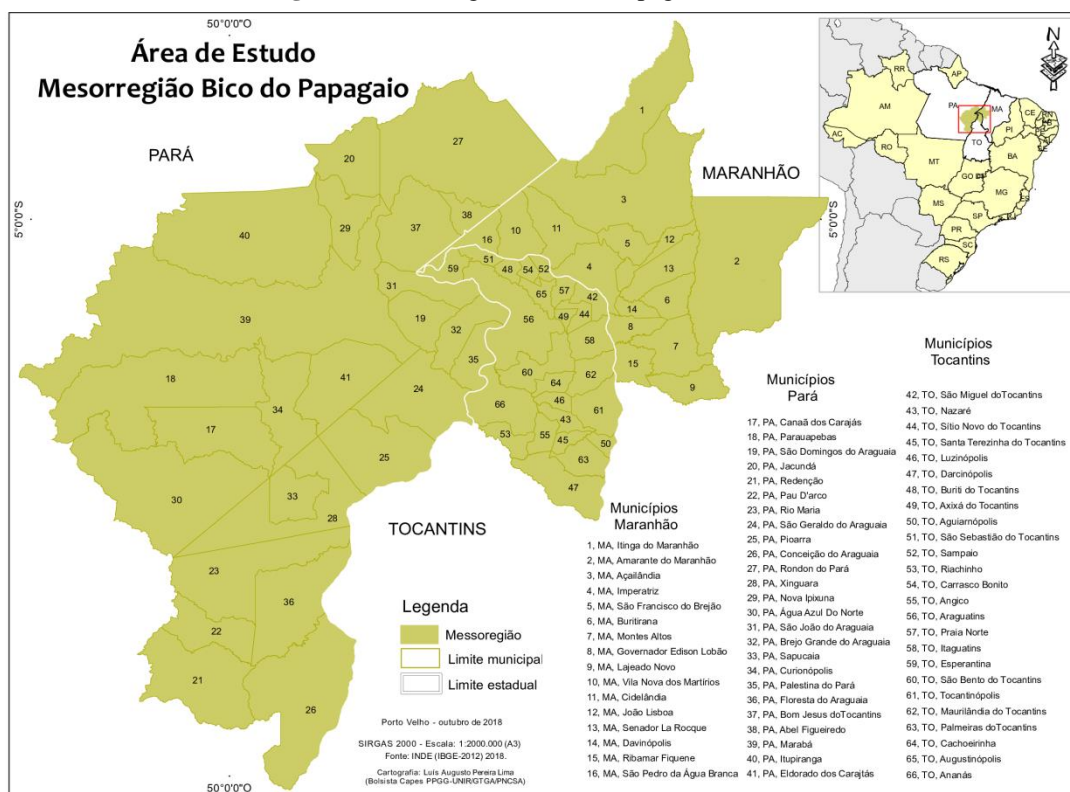
O Estado teve um papel fundamental no avanço do agronegócio na região, ao passo que além de oferecer incentivos fiscais, creditícios e terras, também foi importante no desenvolvimento de aspectos ligados a melhoria da produção e da produtividade na agropecuária, com créditos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que vem há décadas desenvolvendo pesquisas quase sempre em favor deste setor produtivo.

É nesse contexto de mundialização da economia e da agricultura, conforme destaca Oliveira (2012) que o território Bico do Papagaio está inserido, e como resultado, vem sendo registrado, há décadas, um processo crescente de (re) organização, tendo como agente principal o agronegócio da pecuária bovina extensiva. Transformando este, num território especializado na produção de carne para o mercado global.

À medida que esta atividade articulada com a economia internacional territorializa-se, ocorrem, por outro lado, um processo de desterritorialização de atividades com predomínio da economia familiar, como neste caso estudado, as comunidades no campo que tem sua subsistência atrelada à quebra do coco e a atividades agrícolas de base familiar. Os efeitos deste processo são perceptíveis nos aspectos da concentração fundiária crescente, na mudança de uso da terra, na redução da diversidade de culturas cultivadas. O território vem ganhando nas últimas décadas, nova dinâmica atrelada a interesses internacionais em desfavor de um modelo de agricultura de economia familiar.

Portanto, esta (re) organização territorial tem como base determinações do mercado global de *commodities*, ocasionando transformação nos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária deste território, principalmente no que concerne a elementos técnicos de produção, relações sociais de produção e a estrutura agrária.

Figura 1- Mesorregião Bico do Papagaio – Brasil



Fonte: Pesquisa Santos, 2019 e elaboração Lima, 2019.

2 A questão fundiária e o agronegócio

A história de ocupação dessa porção territorial amazônica denominada “Bico do Papagaio” possui relação com a antiga frente de expansão pecuária de origem baiana que em meados do século XVIII atingiu o sul do Maranhão na região de Pastos Bons, de onde grupos de criadores de gado que ao se estabelecerem em invernadas foram originando núcleos populacionais ao logo do rio Tocantins, no trecho de divisão entre o Maranhão e o antigo estado de Goiás, hoje Tocantins. Cidades como: Riachão (1808), Carolina (1810), Boa vista do Tocantins (1825), atual cidade de Tocantinópolis e Barra do Corda em 1840, tem origem devido a essa frente (VELHO, 1981).

O século posterior é marcado nesta mesorregião pela migração paulatina de nordestinos praticantes de uma agricultura de subsistência, fixando suas moradias geralmente nas margens dos rios, meio de circulação e fonte abundante de peixes. As cidades cresciam lentamente, tendo como principal aporte econômico produtos do extrativismo como a castanha do Brasil, e o comércio proveniente da circulação de pessoas e mercadorias pelos rios Araguaia e Tocantins.

No entanto, a partir da ditadura militar, o Estado brasileiro inicia um processo de introdução na região de capital financeiro nacional e estrangeiro. Numa lógica, segundo revelou Oliveira (1988) de internacionalização dos recursos minerais do país, em especial da Amazônia, demonstrando explicitamente a situação do país e suas relações com o mundo capitalista, numa lógica de subordinação.

Esta geopolítica do Estado brasileiro fica compreendida, segundo Oliveira (1988), quando revisamos a história econômica e política mundial e sua relação com o Estado brasileiro.

Becker (1998) aponta que as mudanças em relação ao papel do Estado na Amazônia como sendo uma alternativa de afirmação do Estado nacional, pois, era necessário o ingresso na era tecnológica, criando espaços para as empresas estatais produzirem no espaço internacional. A exploração de recursos na Amazônia via grandes projetos, era no momento de extrema importância para o Estado, visto que garantiria a transnacionalização e expansão das empresas estatais.

É nessa lógica que em meados da década de 1970, o governo lançou o Programa de Integração Nacional-PIN (Decreto-Lei n.º 1.106 de 16/07/70). Dentre as decisões contidas no programa, uma delas se referia à abertura de duas rodovias na Amazônia, a Transamazônica, ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia ocidental e a Cuiabá-Santarém, ligando Mato Grosso à Transamazônica (OLIVEIRA, 1988).

Inaugura-se na região outra fase, totalmente adversa a anterior, que era de base extrativista. As mudanças na configuração na estrutura da terra são acompanhadas pelas mudanças nas relações de poder regional. À medida que novos atores chegavam à cena regional e adquiriam terras, o grupo de comerciantes local (Marabá), principalmente, via seu poder aos poucos diminuir (VELHO, 1981).

A partir da década de 1970, o cenário do espaço agrário do Bico do Papagaio mudou expressivamente. O território, além de ser terra dos índios, comerciantes e posseiros, passa a ser também, da gestão militar, das indústrias de ferro-gusa, das áreas de produção de carvão vegetal, de bancos, pecuaristas, grileiros, garimpeiros, dos projetos de colonização pública e privada e das companhias de mineração, em especial a Vale, via Programa Grande Carajás (EMMI, 1987).

Com as rodovias, ocorreu uma mudança no eixo de circulação dos rios para terra firme, colocando o comércio na órbita centrada em São Paulo. Tempo e espaço, são drasticamente alterados. Os tempos lentos de circulação fluvial foram substituídos por viagens mais rápidas.

Se antes estas eram contadas por dias e semanas, a partir das rodovias, calculava-se em horas. (BECKER, 1998).

Nestas condições de rapidez na circulação de mercadorias e pessoas, a incorporação da terra na condição de mercadoria se concretiza plenamente. Como consequência, os conflitos envolvendo a terra, agora na condição de mercadoria se intensifica numa proporção nunca vista no cenário regional.

O Bico do Papagaio transformou-se num “barril de pólvora”. Chacinas, pistolagem, enfim a violência foi tamanha que chegou aos noticiários internacionais. Neste cenário conflituoso, há de se registrar, a perda de poder de uma elite regional à revelia de seus interesses pela ação do Estado que antes lhes servia plenamente e que na época adotou uma estratégia geopolítica de internacionalização da região, aliada a interesses internacionais. E por outro lado, outros atores tentando se territorializar, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu.

Entram em choque dois modelos de agricultura na Amazônia, especificamente, os povos secularmente habitantes da região que consideravam a terra como parte indissociável de suas existências e veem a terra como bem comum, e por outro lado, o agronegócio, que percebe a terra como mercadoria, fontes de lucros e reserva de valor no mercado capitalista.

3 Territorialização da pecuária

Tem-se a compreensão teórica de que o espaço é anterior ao território, o qual se forma a partir do espaço. Tal território, segundo Raffestin (1993, p. 144), “o território é a prisão que os homens constroem para si. O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”.

Na geografia brasileira reconhecem-se, as contribuições epistemológicas no que concerne a abordagem territorial de Milton Santos (1994, 1996, 1999, 2000), Rogério Haesbaert da Costa (1995, 1997) e Marcos Saquet (1993, 1994, 2000, 2015).

Dentre estas abordagens, optou-se por seguir a percepção territorial de Marcos Saquet, o qual apresenta o território numa abordagem (i) material, enfocando fatores e processos político-econômicos e culturais. Portanto, compreendemos o território como “Produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de poder que envolve edificações e relações sociais (econômico-políticas-ambientais) historicamente determinadas” (SAQUET, 2011, p. 45).

Portanto, entende-se que a reprodução da relação sociedade-natureza e da

concomitante territorialização produz o território, fruto do exercício do poder por grupos ou classes sociais, tendo sua composição definida pelas redes, identidade e o poder, este é tratado na perspectiva de Foucault (2016).

No que concerne ao histórico da atividade pecuária no Bico do Papagaio, faz-se necessário um breve resgate da atividade no Brasil. Nesse sentido, Velho (1981) admite que a expansão nos primeiros tempos foi fortemente atrelada à economia açucareira. Assim, tratava-se meramente dos animais necessários ao funcionamento da plantation.

Dessa forma, na posição de atividade intermediária, a pecuária bovina vai se internalizando na colônia. Cabe destacar, também, que os dois principais centros de dispersão foram as cidades de Salvador e Olinda, sendo que foi a partir de Salvador que se desenvolveu a frente pecuária que chegou ao Maranhão, séculos depois.

Somente a partir da segunda metade do século XVII, conforme indica o autor, a atividade pecuária deixou de ser atividade auxiliar da economia açucareira, visto que nessa época iniciou-se a decadência da atividade açucareira. Como consequência, “cresceu o setor de subsistência da pecuária, em que o gado, além da carne e do leite, oferecia o couro que se torna a matéria-prima por excelência” (VELHO, 1981, p. 3). Foi dessa forma, conforme cita Velho (1981), que em meados do século XVIII a frente pecuária de origem baiana ocupa o Sul do Maranhão, na região que se denominaria Sertão dos Patos Bons e, a partir disso, saindo em expedições em todas as direções e, ao mesmo tempo, espalhando-se as fazendas de gado. Sobre o processo de penetração dessa frente pecuária de origem baiana no norte goiano e sudeste paraense, o autor descreve:

Durante toda a primeira metade do século XIX e boa parte da segunda prossegue a expansão pastoril no Maranhão. Atravessa-se o rio Tocantins e vai-se ocupando os campos do Norte de Goiás entre os rios Tocantins e o Araguaia. Para leste, por volta de 1840, cria-se Barra do Corda, junto a um afluente do rio Mearim. E em 1868 surge São Vicente, atual Araguaatins, já na margem goiana do rio Araguaia. A expansão, agora, parece fazer-se mais lentamente, talvez pela melhor qualidade das pastagens que permitiria uma densidade relativamente maior de cabeças de gado, mas também devido à resistência dos grupos indígenas Timbira e à proximidade crescente da orla da floresta amazônica e dos vales úmidos a Leste (VELHO, 1981, p. 27).

Observa-se que a interiorização da pecuária bovina na mesorregião Bico do Papagaio tem suas origens, como aponta o autor, relacionada a uma denominada frente de expansão pecuária, de origem baiana e a qual foi no decorrer dos séculos, expandindo-se até que por volta de meados de 1900 instalou-se em território regional. No entanto, é necessário reconhecer o significativo papel do Estado brasileiro no desenvolvimento da atividade pecuária, principalmente na Amazônia, visto que a partir do século XX o mesmo passa a ser o grande

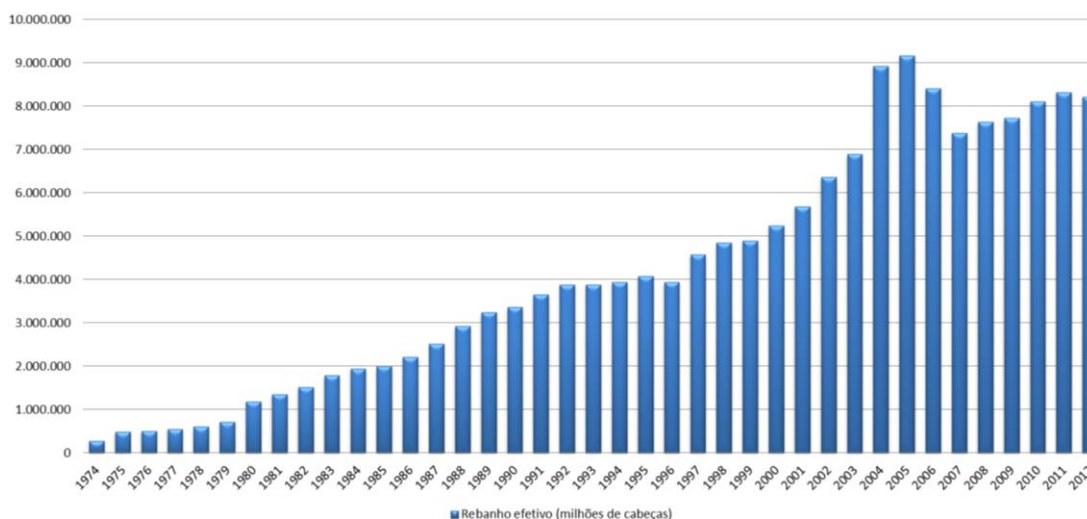
incentivador da atividade, tendo a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM como a principal incentivadora.

A respeito do histórico dessa entidade, Hall (1991) esclarece que a mesma surge para substituir a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, com aporte de uma política de incentivos fiscais instituída no ano de 1963, a fim de atrair capital privado, sendo que, posteriormente, teve grande ampliação no ano de 1966 através da Lei nº 5.174 que concedeu isenção de 50% do imposto de renda - até 1982 - àqueles que investissem na agricultura, pecuária, indústria e serviços básicos como educação, transportes, colonização, turismo e saúde pública.

No que concerne exclusivamente à pecuária, o autor explicita que na década de 1950 já existiam fazendas de empresários paulistas que investiam na criação de gado na Amazônia. No entanto, com a criação da SUDAM e a disponibilidade de incentivos fiscais e creditícios, Hall (1991) afirma que aumentou consideravelmente o número de projetos pecuários na região. Só para um efeito de comparação, no ano de 1966, foram aprovados quatro projetos. Posteriormente, no ano de 1969, foi contabilizado um total de 162.

Segundo Hall (1991), o aumento crescente da atividade pecuária na Amazônia foi reflexo da evidência global de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, os quais privilegiaram investimentos no setor em países em desenvolvimento. O Brasil recebeu US\$ 1,3 bilhão para criação de gado nas décadas de 1960 e 1970. Nesse contexto, a criação de gado, por décadas, recebeu muita publicidade como sendo a atividade mais rentável da Amazônia. Consequentemente, o desenvolvimento desta atividade aconteceu de maneira “desordenada”, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1– Situação do efetivo de rebanho bovino na área do Bico do Papagaio



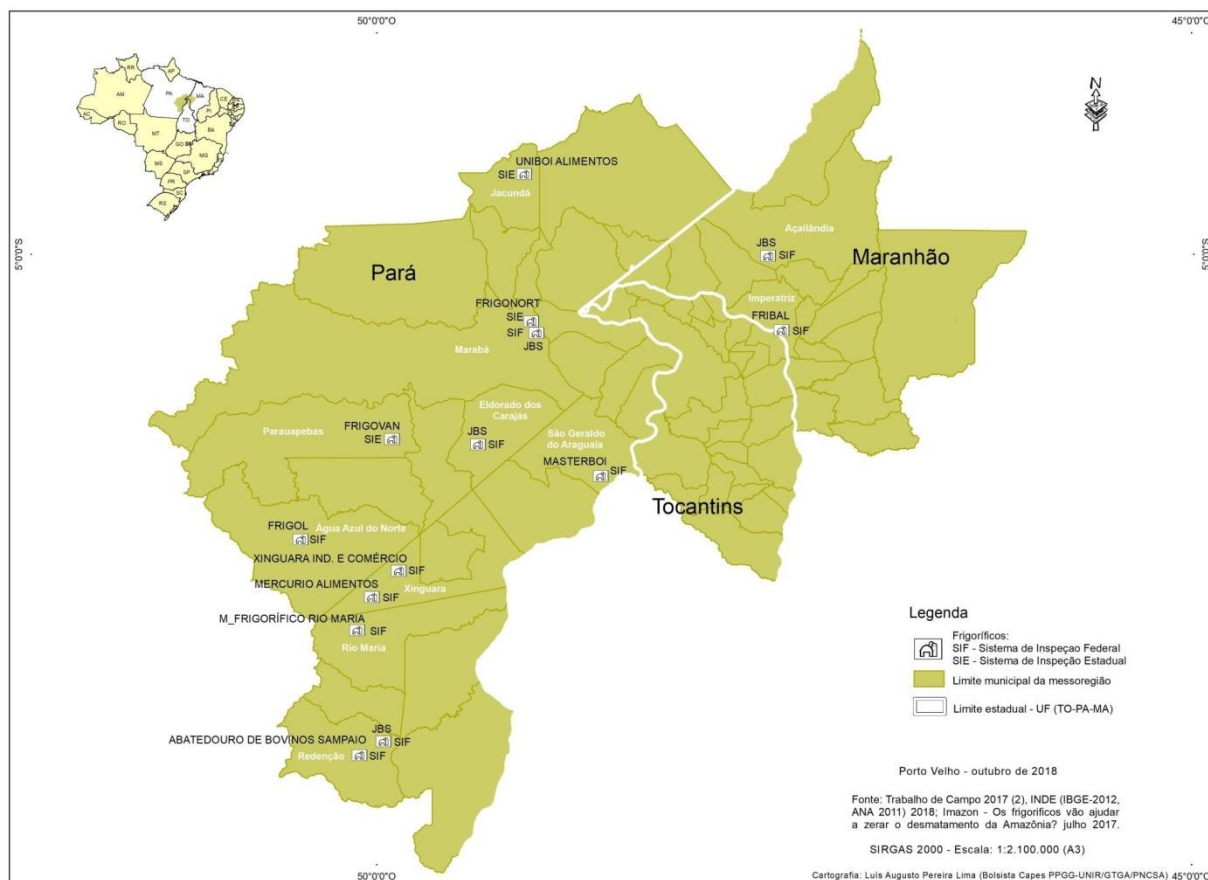
Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal 1974-2012. Elaborada por Santos, 2019.

Com o crescimento expressivo da atividade pecuária bovina extensiva no Bico do Papagaio, de acordo com o Gráfico 1, intensifica-se no território a construção de frigoríficos, especificamente para atender à demanda de abate de animais no território.

A instalação de frigoríficos representa um maior ganho aos pecuaristas devido à possibilidade de negociação diretamente com a indústria, eliminando atravessadores que anteriormente compravam animais para abate fora do território.

Observa-se na Figura 2 a localização atual dos frigoríficos no Bico do Papagaio, tal localização é estratégica em relação aos interesses dos pecuaristas, visto que estes estão localizados em cidades com rebanho bovino considerável. Nesta observação, há uma perspectiva direta do crescimento do rebanho bovino dos municípios do estado do Pará em relação ao Gráfico 1. De outra forma, apenas dois locais com frigoríficos no Maranhão e nenhum localizado nesta porção no estado do Tocantins. Contudo, os frigoríficos no estado do Tocantins estão localizados mais ao sul da mesorregião do Bico do Papagaio.

Figura 2 - Frigoríficos instalados na região do Bico do Papagaio



Fonte: Pesquisa Santos, 2019 e elaboração Lima, 2019.

Conforme se observa a Figura 2, há um quantitativo de 14 frigoríficos realizando abates de bovinos no Bico do Papagaio. Há de se reconhecer a influência de Araguaína, importante município tocantinense, no abate de animais provenientes de municípios circunvizinhos. Além da exportação de bovinos vivos, realizada principalmente no lado paraense, através do porto de Vila do Conde em Barcarena, município do nordeste do estado.

4 As quebradeiras de babaçu

No que se refere às quebradeiras de coco babaçu, no Bico do Papagaio, é fato reconhecer, conforme apresenta Carrazza et al. (2012), que o babaçu é uma espécie de palmeira da família botânica Arecaceae, existente em vários países da América Latina. Em relação ao Brasil, aparece em vários estados, sendo difundido o seu uso principalmente na Amazônia pelas populações do campo. Há uma predominância desta palmeira nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí, na região conhecida como Mata dos Cocais (transição entre Caatinga, Cerrado e Amazônia). Dentre as inúmeras espécies, o autor afirma que as mais conhecidas e que têm o uso mais difundido, são *Attalea phalerata* e *Attalea speciosa*.

Segundo Rocha (2011), historicamente, populações locais (indígenas, comunidades negras, camponeses, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, etc.) utilizam-se de recursos extrativistas associados a diversas atividades, dentre elas, agrícolas e de criação de pequenos animais, uma necessidade para garantir subsistência. No que concerne, especificamente, ao extrativismo do babaçu, no Bico do Papagaio, o autor é enfático ao observar que “O babaçu tem como marca um histórico de tensões, conflitos e de mobilização de recursos e/ou estratégias de enfrentamento a esses problemas e a outros relacionados aos problemas cotidianos vinculados ao atendimento de suas necessidades básicas” (ROCHA, 2011, p. 195).

Por outro viés, o babaçu, vinculado ao trabalho na roça, tem papel preponderante na reprodução social de diversas famílias. O autor vê com preocupação as dinâmicas territoriais no Bico do Papagaio, relacionadas principalmente à questão fundiária envolvendo concentração e/ou grilagem de terras, a pecuária extensiva, as derrubadas de palmeiras de babaçu para plantio de pastagens (ROCHA, 2011), com uma severa ameaça à sobrevivência e reprodução desses sujeitos do campo no Bico do Papagaio. Esse processo de conflito no Bico do Papagaio tem maior visibilidade a partir da década de 1970, conforme relata Dias:

Nos anos de 1970, as terras da região babaçueira passaram a ser ocupadas pela pecuária extensiva, assim, os babaçuais cederam lugar às pastagens e fazendeiros começaram a cobrar para deixar as Quebradeiras tirarem o coco ou mesmo barravam

sua entrada nos babaçuais. Durante toda a década de 1980, os conflitos entre famílias que viviam dos babaçuais nativos e os pecuaristas se intensificaram (DIAS, 2005, p. 31).

Tal situação de conflitos é também observada por Rocha ao apresentar os principais fatores relacionados às dinâmicas territoriais no Bico do Papagaio que estão gerando perturbações aos sujeitos do campo que têm o babaçu como importante instrumento de reprodução social. Analisa que:

Além das questões relacionadas à estrutura fundiária, à pecuária, aos plantios de pastagens, às derrubadas de palmeiras, existem outras questões vinculadas à proposta de desenvolvimento do Estado, tais como: as atividades agroexportadoras (carne bovina, soja e outros grãos), a produção silvícola, a construção de usinas hidrelétricas, dentre outras, que ameaçam a sustentabilidade ecológica e consequentemente a manutenção das atividades agroextrativistas e os meios de vida das famílias agroextrativistas (ROCHA, 2011, p. 25).

A terra e o babaçu, segundo indica Rocha (2011), podem ser considerados como os dois principais elementos para a garantia da sobrevivência e reprodução dos sujeitos do campo, no entanto, desde os anos de 1980, há um crescente impedimento e limitações das atividades desses sujeitos. Esse processo de conflito torna-se mais crítico para eles com a criação do estado do Tocantins, no ano de 1988.

Isto porque o Estado pretendia e ainda pretende ser um exemplo de modernidade e crescimento no país por meio de uma visão moderna de administrar e ciente que a vocação econômica do Estado continuará sendo o agronegócio, tracionado pela pecuária e agricultura (ROCHA, 2011, p. 25).

Aliado à criação do estado do Tocantins, o autor reconhece outro fator desde 1867, quando foi registrada uma primeira experiência de exportação do babaçu in natura para a Inglaterra e, posteriormente, em 1911, quando foram enviadas amêndoas de babaçu para a Alemanha, país que desenvolveu o interesse na economia do babaçu em escala industrial.

Tal situação vai de encontro à atividade extrativa, exercida principalmente por mulheres, na maioria das suas etapas (extração da amêndoa, fabricação do azeite e do mesocarpo, sabonete, sabão, etc.), com participação masculina pequena, atuando, principalmente, na coleta e transporte do coco para o quintal da casa, na coleta dos talos e palhas para fabricação de cercas, coberturas de casas, etc.

Esse cenário torna-se mais conflituoso com a entrada da Tocantins Babaçu S.A. – TOBASA, uma indústria de beneficiamento do coco babaçu, com sede no município de Tocantinópolis-TO, fundada na década de 1960, a partir de incentivos fiscais e créditos do Estado brasileiro. Essa indústria, a partir do coco inteiro, produz inúmeros subprodutos, dentre

eles, óleo, farinha, sabão, álcool e, principalmente, carvão ativado. A respeito da atuação da TOBASA, o Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia indica que:

A cata do coco está sendo realizada em grandes propriedades voltadas para a criação de gado. Em virtude das pastagens degradadas os proprietários dessas áreas estariam vendendo diretamente o coco para a TOBASA ou arrendando o cocal. Nas situações de venda direta, é o proprietário o responsável por contratar os catadores para catar os cocos, que são colocados num sacolão na beira da estrada. A cada dia as quebradeiras de coco da região sentem mais dificuldade em adquirir o coco. O sacolão corresponde a um metro cúbico de coco e está sendo vendido para a TOBASA por R\$ 12,00. Nas situações de arrendamento, há um agente que realiza o arrendamento do cocal. O contrato de arrendamento é simples, envolvendo os responsáveis e a delimitação da área em que vai ser realizada a atividade e, por isso, o valor do pagamento somente poderá ser determinado ao final. Em função desse tipo de contrato, para os trabalhadores recrutados trata-se de catar o maior volume de cocos possível para que a atividade possa ser realmente lucrativa, sem qualquer preocupação em escolher os frutos que podem ser verdes, maduros ou podres (Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2005, p. 8)

Vale apontar que essa indústria, segundo indica Rocha (2011), determina a forma e as circunstâncias em que se coleta o coco babaçu, por meio de uma rede de catadores distribuídos em inúmeros municípios no estado do Tocantins, o que resulta em modificações significativas na dinâmica do coco babaçu, totalmente contrária àquelas tradicionalmente adotadas pelas quebradeiras de coco. Desse modo, a coleta do coco inteiro, segundo o Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2005), impede o aproveitamento integral desse recurso pelas quebradeiras e compromete a reprodução de muitas famílias.

Nesse cenário atual do Bico do Papagaio, o autor reconhece três maneiras de exploração do babaçu:

[...] uma maneira é a que se refere à exploração extrativista de base familiar, relacionada às práticas de coleta, quebra e beneficiamento do babaçu para fins domésticos e comercialização dos subprodutos; a outra maneira se relaciona à coleta do coco inteiro para o abastecimento da Tobasa bioindustrial praticada por atores que também são agroextrativistas; por fim, a exploração industrial visando ao aproveitamento integral do coco babaçu para fins comerciais (Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2005, p. 35).

Em virtude dessas maneiras de se utilizar o babaçu, é importante registrar um conflito entre as quebradeiras de coco e a indústria TOBASA, a principal destinatária das amêndoas do babaçu. Nesse sentido, o ponto crucial de discórdia é em relação ao aproveitamento integral do fruto, defendido com firmeza por todas as quebradeiras de coco, através do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, segundo indica Dias (2005).

A respeito do processo de gênese, organização e atuação do MIQCB, Bolonhês e Oliveiras (2013, p. 4) afirmam que, inicialmente, a organização das quebradeiras de coco aconteceu nas comunidades, visto que, o machismo e desvalorização da mulher nos sindicatos

do Bico do Papagaio imperam e impedem a participação feminina no poder de decisão, ao sinalizar que: “os homens que se organizavam em sindicatos, até então proibidos para as mulheres. Em um universo machista, em que a repressão e desvalorização da mulher eram corriqueiras”. Essa percepção de exclusão feminina nas pautas de lutas dos sindicatos também foi alvo de observação de Dias (2005, p. 43), ao sinalizar que “elas declaram que suas discussões sempre ficavam para o final da reunião, quando esta já se esvaziava”.

Fica explícito, em Dias (2005) e Bolonhês e Oliveiras (2013) a problemática do poder masculino de uma forma geral, caracterizada pelo machismo e pela desvalorização feminina, características da sociedade brasileira que carrega, até o presente, marcas da cultura colonizadora europeia. Cabe expor, no entanto, frente a esse processo de exclusão nos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais - STR do Bico do Papagaio, que as mulheres sindicalizadas foram se organizando em uma espécie de fórum específico, conforme detalha Dias (2005), para estabelecer pautas de interesse, em relação à cidadania, à questão do gênero e a aspectos socioeconômicos da quebra do coco babaçu, busca de estratégias para evitar as derrubadas e queimadas e a comercialização dos subprodutos do coco babaçu. Essa espécie de fórum feminino que se institui pelas mulheres nos sindicatos ocasionou a seguinte situação, conforme estabelecem Bolonhês e Oliveiras,

[...] a luta desses encontros passou a ser inserir a mulher no contexto dos sindicatos rurais para que essas pudessem expressar também suas vontades e necessidades, que, apesar de confluir com as dos homens no que tange ao acesso à terra, destoavam muito nos assuntos relacionados a liberdade da mulher (BOLONHÊS; OLIVEIRAS, 2013, p. 4).

Vale mencionar, também, que os sindicatos foram extremamente importantes nesse processo de empoderamento feminino, visto que Bolonhês e Oliveiras (2013, p. 4) citam que “pelo fato de os sindicatos serem regionais, o acesso das mulheres a essas organizações permitiu o diálogo entre lideranças femininas de comunidades diferentes, que antes era extremamente difícil devido às longas distâncias e ao pouco acesso aos meios de transporte”. Portanto, conforme preconiza os autores, os sindicatos serviram como uma espécie de plataforma responsável pela interação e integração dessas mulheres de diferentes localidades no Bico do Papagaio que, mesmo estando distantes no ponto de vista geográfico, tinham uma aproximação em função dos seus anseios e ideais. Esse processo de mobilização e empoderamento feminino por via de sindicatos, no estado do Maranhão, segundo Bolonhês e Oliveiras, ocorreu da seguinte maneira:

Concomitantemente, outros grupos regionais de maior porte, na forma de sindicatos de trabalhadores rurais e outras associações (ASSEMA, CENTRU) passaram a se comunicar e transmitir as mesmas demandas e ideias, de modo que se viu uma homogeneidade de temas e realidades em quatro estados (Tocantins, Pará, Maranhão e Piauí) - as mulheres quebravam coco babaçu, os maridos plantavam roça, e nenhuma delas tinham posse nem podiam usufruir da terra. Em 1991, as quebradeiras, com a ajuda dessas organizações, articulam o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís, cria-se a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Em 1995, no III Encontro Interestadual o nome é mudado para Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB (BOLONHÊS; OLIVEIRAS, 2013, p. 5).

No extremo norte de Goiás, atualmente Tocantins, Dias (2005, p. 46) explicita que as quebradeiras de Coco estão organizadas política, social e economicamente desde o início da década de 1990, sendo a criação da Associação das Mulheres do Bico do Papagaio - ASMUBIP a principal organização social. A ASMUBIP foi fundada no dia 28 de novembro de 1992, em São Miguel do Tocantins, quando reuniu 162 mulheres trabalhadoras rurais.

Na ocasião, todas votaram em eleger a coordenação da recém-criada entidade. É significativo que 96 mulheres votaram sim para a chapa única apresentada e, embora não tenha sido registrado nenhum voto contrário, conforme ata de fundação, 66 mulheres deixaram de votar, ou porque se abstiveram ou porque estavam fora do ambiente no momento da votação. Nesta primeira reunião, é possível observar, a partir da leitura da ata, que cada uma das 162 mulheres tinha um interesse específico, uma visão única do que ocorria. Contudo, o movimento já pode ser interpretado como elemento de aproximação entre estas trabalhadoras rurais, todas envolvidas com a quebra do coco babaçu e manifestamente coadunadas com o sentido político das lutas específicas.

Assim, conforme indicam Dias (2005), Bolonhês e Oliveiras (2013), ocorreu a partir da comunicação entre grupos de mulheres dos estados do Tocantins, Pará, Maranhão e Piauí, uma aproximação e a construção de uma pauta de luta única na figura do MIQCB, sem que houvesse dissolução e enfraquecimento dos sindicatos. Portanto, cria-se, segundo Bolonhês e Oliveiras (2013), uma organização paralela que gera sentimento de orgulho, de identidade e de grupo.

Possibilitando, dessa maneira, uma coesão interestadual, derrotando na ocasião as decisões machistas nos sindicatos, além de proporcionar maior visibilidade à luta por direitos por parte das mulheres. Em termos de abrangência geográfica, é a entidade mais representativa das quebradeiras de coco babaçu com atuação direta em quatro estados da Federação que, conforme preconiza Rocha:

Esta organização insere-se na necessidade objetiva de garantir o acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu e a conseqüente reprodução social das quebradeiras de coco e suas famílias. Fundado no ano de 1991, se definiu pela atividade

complementar e extrativa do babaçu. Conforma-se em uma extensa rede que conecta aqueles estados por meio das coordenações estaduais (uma por estado) e representações regionais nos quatro estados, sendo três regionais no Maranhão: regionais do Mearim, da Baixada e de Imperatriz; uma regional no Piauí localizada na cidade de Esperantina; uma no Pará com sede em São domingos do Araguaia; e uma no Tocantins, no Bico do Papagaio (ROCHA, 2011, p. 111).

Assim, consoante o autor, o MIQCB mantém relações em sentidos horizontais – entre as comunidades e as seis regionais, ao passo que também se relaciona em sentido vertical, visto que estabelece interlocução com o Estado, movimentos sociais, sindicatos, ONGs, universidades, além de estabelecer parcerias internacionais. Infere-se, portanto, que, para Rocha (2011), as transformações socioterritoriais da região do Bico do Papagaio, no que concerne às estratégias de reprodução social adotadas pelos sujeitos do campo, em especial as quebradeiras de coco babaçu, têm gerado efeitos transformadores em vários níveis e intensidades nas dinâmicas de relações socioambientais. Por outro lado, as atividades agropecuárias (criação de gado bovino e monocultivos), a mineração e a produção silvícola continuam a ameaçar os sujeitos do campo praticantes de formas tradicionais de sobrevivência (quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos, indígenas), dentre outros.

Vale salientar que a criação e o estabelecimento de redes, em especial a do babaçu, têm, na opinião do autor, ressignificado a luta iniciada pelo direito à posse da terra, ampliando-a na luta por direitos, como as mobilizações em torno do acesso livre ao babaçu, preservação da palmeira, contra a expropriação e em busca de agregação de valor ao fruto.

5 Conflitos, perdas territoriais, cercas e a “labuta” diária na percepção das quebradeiras

Vale ressaltar que as quebradeiras de coco babaçu são agricultoras, que na maioria das vezes não possuem posse de terras, vivendo em comunidades, sendo boa parte delas as margens das rodovias. Em função das atividades diárias e da dificuldade em acessar a terra, as mulheres encontram na quebra do coco a base da subsistência familiar, visto que boa parte dessas criam os filhos, geralmente numerosos sem a presença paterna, as denominadas “mães solteiras”, visto que boa parte dos homens não assume a paternidade e/ou migram em busca de trabalho. Aquelas que possuem companheiro geralmente têm melhores condições de sobrevivência na maioria dos casos, devido, este trabalhar em lavouras e assim, dividir tarefas e conseguir alimentos para a família, não dependendo em alguns casos exclusivamente da quebra do coco.

O babaçu é o principal elemento na socioeconomia regional, pois é utilizado nas construções, sejam elas casas, chiqueiros de porcos, galinheiros, depósitos de mantimentos,

utensílios domésticos como côfos, abanos, a casca é utilizada para fazer carvão, o tronco na construção de pequenas pontes, chamadas de “mata burro”, o óleo é utilizado no preparo de alimentos dentre inúmeras outras utilidades. A relação das comunidades no Bico do Papagaio com essa palmeira é na maioria das vezes secular, faz parte da cultura dessas pessoas.

Entretanto, a partir das ações de planejamento e desenvolvimento de políticas públicas, principalmente a partir da Ditadura Militar no Brasil, a Amazônia como um todo foi a partir de então inserida numa série de ações do Estado, visando “integrar” a economia nacional e internacional.

É em função dessa perspectiva atribuída a Amazônia, que o Bico do Papagaio a partir da década de 1970, com maior ênfase, experimenta os efeitos dessas ações estatais. Até então, este território era de difícil acesso, povoado basicamente por índios, descendentes de escravos e migrantes de origem nordestina. A relação desses coletivos com a terra era de subsistência, sobreviviam a partir de pequenas roças, da caça e coleta de frutas, da pesca, principalmente.

No entanto, à medida que as políticas públicas foram colocadas em prática, o Bico do Papagaio vira o palco de milhares de despejos, violências e pistolagem. A chegada do “estranho” teve sempre a marca da violência e da expropriação, conforme é explícito nas oralidades de Maria Senhora, moradora da comunidade de Vila Tocantins, município de Esperantina, no extremo norte do estado do Tocantins, e Raimunda Quebradeira, do Assentamento Sete Barracas, no município de São Miguel do Tocantins.

[...] quando foi em 1980 começou os conflitos pela terra aqui [...] começou a chegar os fazendeiros aqui... tudo era mato e aí aparece o camarada aqui dizendo que é dono, aqui tava tudo cheio de gente [...] (Maria Senhora, quebradeira de coco e sindicalista, entrevista realizada em 21 de novembro de 2017).

[...] então, nesse lugar aqui tudo era um despejo desgraçado de tanta gente. Tem pessoas que já moravam aqui há mais de 10 anos, 20 anos, um bocado de ano. E aí era despejado dos lugares pelos fazendeiros, os pecuaristas tomaram de conta dessa terra para criar gado [...] (Raimunda Gomes, quebradeira e sindicalista, entrevista realizada em 22 de novembro de 2017).

As décadas de 1970 em diante são marcadas pela redução drástica de territórios, principalmente por parte das comunidades que tinha a quebra do babaçu como um dos principais elementos na composição da renda familiar. As oralidades das representantes das comunidades são compostas de tramas e situações do cotidiano que marcavam suas comunidades, como a ida em grupo para a quebra do coco na mata, os mutirões, dentre outros, conforme relata uma quebradeira da comunidade Vila São José, no município de São Domingos do Araguaia no estado do Pará.

[...] a gente quebrava coco no mato, esses matos cheios de coco. Nós nos juntávamos, fazíamos mutirão ia... de 10 mulheres tudo reunidas... fazer os montes de coco. Tinha os filhos e os... meninos para juntar, vinha o esposo e ia juntar. Porque o ramo... pra comer tinha que quebrar de meia noite. Eu mesma era uma... eu sou mãe de 18 filhos, Deus criou meus filhos pra mim, porque não é brincadeira, mais um tanto de filho assim, aí olha para os quatro cantos da casa não achar assim nem um... litro de farinha, né! Tinha que quebrar coco o dia todinho [...] (Zilda Rosa quebradeira de coco, entrevista realizada em 25 de novembro de 2017).

Esse relato é algo que ficou na memória das quebradeiras mais experientes das comunidades do campo no Bico do Papagaio, visto que com a chegada ao território de fazendeiros, cercando extensas áreas de babaçuais, realizando derrubadas e queimadas das palmeiras, implantando pastagens e inserindo milhares de cabeças de gado, a relação das mulheres quebradeiras com o coco começa então a se distanciar, conforme se verifica nas oralidades:

[...] esse ano aqui mesmo não deu coco. Isso aí era palmeira de só vocês verem. Por aqui tudinho eles derrubaram. Hoje nós não quebramos coco no mato mais não, como é que nós vamos passar a carregar coco a uma distância medonha e passar por debaixo dos arames das cercas... não tem como né a gente apanhar o coco por causa das cercas [...] hoje o povo proibiu... não pode quebrar partir um coco com ferro, porque tem quem diz que maltrata o gado, né! O gado pisa e fura o casco e adoce (Zilda Rosa quebradeira de coco, entrevista realizada em 25 de novembro de 2017).

Aqui se os fazendeiros não tivesse derrubado os coqueiros, aí... nós estávamos quebrando o coco era lá nas nossas casas... porque antes de derrubar as palmeiras todo mundo quebrava o coco em casa ... [...] simplesmente tem as dificuldades, tem um gado valente, tem a cerca de arame, né! Tem a derrubada das palmeiras. Agora estão derrubando e envenenando, significa que eles estão tirando de nós, né o produto que é o nosso meio de vida. Eles estão tirando. Eles só deixam entrar na terra deles, quem ele quiser. Então tem tudo isso aí... Aqui se os fazendeiros não tivesse derrubado os coqueiros, aí... nós estávamos quebrando o coco era lá nas nossas casas... porque antes de derrubar as palmeiras todo mundo quebrava o coco em casa ... e a gente também não tem o dinheiro para pagar a cata do coco e depois botar no barraco apara a gente quebrar. Pagar transporte, pagar catador [...] (Cleudineuza quebradeira de coco, entrevista realizada em 10 de dezembro de 2017).

Atualmente as quebradeiras dificilmente têm acesso aos babaçuais para realizarem a quebra do coco, visto que com o desmatamento, ocorreu uma escassez de palmeiras, sendo que cada ano, os babaçuais estão mais distantes dos povoados e das comunidades, além do mais, a construção de centenas de cercas impossibilita a circulação dessas mulheres, boa parte dos fazendeiros proíbem a entrada e a quebra do coco em suas propriedades, a presença de animais bravos assusta as mulheres. Tais fatos corroboram para dificultar o acesso ao coco.

Em função da escassez de madeiras para serem utilizadas como lenhas nas fornalhas de cerâmicas, siderúrgicas e laticínios, principalmente, o coco passa a partir de então a ser

disputado por inúmeros sujeitos, tendo como principais atores os fazendeiros e as quebradeiras, conforme se percebe nas oralidades.

[...] aqui tem mesmo ali... um pai de família que o ramo dele é esse, juntar coco e aí os donos das fazendas que vem buscar o coco e leva [...] esse coco é para as siderurgias (Zilda Rosa quebradeira de coco, entrevista realizada em 25 de novembro de 2017).

Aqui a gente disputa o coco com... a cerâmica, com a queijaria e com a siderúrgica, eles queima o coco inteiro, que é proibido né, mas eles queima... e as quebradeiras ficam... em segundo... não sei nem que plano que a gente fica... tem muita gente que não dá o coco para as quebradeiras catarem, ficam lá debaixo da palmeira e a gente não pode apanhar [...] (Cleudineuza quebradeira de coco, entrevista realizada em 10 de dezembro de 2017).

Essa realidade, com expressiva perda de territórios, resultando numa precarização das condições de subsistências de centenas de comunidades que têm o babaçu como principal componente tem provocado inúmeras estratégias por parte de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, movimentos sociais, organizações não governamentais, visto que há uma percepção, principalmente pelas quebradeiras de um cenário de ampliação da pobreza no campo, à medida que os territórios pecuários se ampliam no Bico do Papagaio, conforme se verifica na oralidade.

Se nós deixar eles acabar aqui nós vamos sofrer mais, porque vai acabar com a natureza. E aí quando acabar com a natureza como é que nós vamos escapar! Como é que nós vamos cobrir as nossas casas? Como é que nós vamos fazer as paredes de nossas casas? Como é que nós vamos fazer um chiqueiro para os nossos porcos [...] (Raimunda quebradeira de coco, entrevista realizada em 22 de novembro de 2017).

A oralidade de Raimunda quebradeira expressa de forma explícita o processo de expansão das territorialidades dos pecuaristas no Bico do Papagaio, como sinônimo de preocupação por parte dessa liderança que percebe o quanto as comunidades do campo estão sofrendo com a redução dos babaçuais, a principal fonte de alimentos e de garantia de sobrevivência a estes sujeitos esquecidos pelo Estado.

6 Considerações finais

Analisaram-se neste artigo as dinâmicas territoriais envolvendo as quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio, porção da Amazônia brasileira internacionalmente conhecida em função dos inúmeros conflitos envolvendo a posse de terras.

A pecuária bovina a nosso ver é a atividade econômica atrelada a interesses nacionais e internacionais que mais impactou negativamente nas territorialidades dos sujeitos de economia

de subsistência, como no caso específico de milhares de famílias que têm na palmeira do babaçu a garantia da sobrevivência.

Visto que à medida que esta atividade econômica se territorializa no espaço, gera dentre inúmeras consequências, uma espécie de monopólio em função da (re) organização territorial para atender a essa finalidade, ao passo que acelera o processo de desterritorialização da atividade de base de economia familiar, como no caso das quebradeiras de coco babaçu.

As cercas e as expulsões das posses, ao longo das últimas décadas passam a representar para as quebradeiras um processo contínuo de perda de territórios. Impactando negativamente na vida de centenas de comunidades que possuem sua subsistência ligada a quebra do coco babaçu.

Referências

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998. (Série Princípios).

BOLONHÊS, A. C.; OLIVEIRAS, P. S. **Relatório de Pesquisa projeto conexão local: movimento interestadual das quebradeiras de coco**. São Paulo: FGV, 2013.

COSTA, R. H. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, R. H. **Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS, L. O. **Mulheres de fibra: estratégias das quebradeiras de coco babaçu no Tocantins como um marco empírico para o desenvolvimento sustentável**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2005.

EMMI, M. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1987.

Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 5. Quebradeiras de coco babaçu do Pará. São Luís, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016.

HALL, A. L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12, 2012, Bogotá. **Anais** [...] Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2012.

OLIVEIRA, A. U. Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, M. R. T. **A rede sociotécnica do babaçu no bico do papagaio- TO: dinâmicas da relação sociedade natureza e estratégia de reprodução social agroextrativista**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-20.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O Dinheiro e o Território. (Texto inicialmente apresentado na Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do ano letivo de 1999, proferida em 15 de março). **GEOgraphia**. Ano. 1 – nº 1, 1999.

_____. (org). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

SANTOS, L. L. **Territorialidades transfronteiriças de poder do Bico do Papagaio: Pará, Tocantins e Maranhão, na temporalidade de 1970 a 2016**. / Luciano Laurindo dos Santos, Porto Velho, 2019. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

SAQUET, M. A. O diábo na ex - 4ª. Colônia. **Perspectiva**, Erechim, v.17, n. 58, p. 47-62.1993.

_____. O diabo na Ex-4ª Colônia: algumas considerações teórico-metodológicas. **Perspectiva**, Erechim, v. 18, n. 62, p. 67-77. 1994.

_____. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, E. B. C. et al. (org.). **Paisagem território e região: em busca da identidade**. Cascavel: Edunioeste, 2000, p. 103-114.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **Por uma Geografia das territorialidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras expressões, 2011.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.